



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 17/XIII-1º/2021-25

(Moções/Deliberações)

71

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de fevereiro de 2022 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 22 de fevereiro de 2022, a Assembleia Municipal aprovou as seguintes Moções/Deliberações:

Voto de Pesar
(Pelo falecimento de António Dias Belo Gonçalves)

António Dias Belo Gonçalves faleceu no passado dia 30 de janeiro, aos 79 anos de idade.

Nascido em Vila Velha de Ródão a 17 de maio de 1942, cedo se fixou em Almada e na sua Cova da Piedade, terra que adotou e serviu ao longo de praticamente toda a sua vida.

Contabilista de profissão, António Belo era ativo militante do Partido Comunista Português. Nessa qualidade foi eleito autarca pela primeira vez para a Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade, em janeiro de 1983, integrando as listas da Aliança Povo Unido (APU).

Na sua primeira experiência autárquica integrou o Executivo da Junta de Freguesia da Cova da Piedade como Vogal, mandato que exerceu entre janeiro de 1983 e janeiro de 1986.

António Belo foi posteriormente eleito Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade ao longo de cinco mandatos sucessivos, entre janeiro de 1986 e fevereiro de 2007, tendo integrado a Assembleia Municipal de Almada por inerência de funções.

Em fevereiro de 2007, no final do segundo ano do desempenho de funções do seu quinto mandato como Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, renunciou por decisão própria ao mandato, sendo substituído por Ricardo Louçã.

Na sua qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, António Belo foi um dos organizadores e mais ativos intervenientes nas Jornadas de Estudo do Concelho de Almada, realizadas em 1989.

Ainda na qualidade de autarca, António Belo foi Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) no mandato de 2001 a 2005 e Vogal do mesmo Conselho Diretivo no mandato seguinte, de 2005 a 2007.

Foi ainda membro ativo do Conselho Municipal de Segurança de Almada, reconhecido associativista com amplo trabalho realizado no âmbito da promoção, apoio e desenvolvimento do Movimento Associativo Popular, era sócio ativo da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense desde Março de 1974, e do Clube Desportivo da Cova da Piedade desde 1972, tendo sido já este ano agraciado com o Emblema de Ouro de 50 anos de associado daquela Instituição Desportiva e Cultural da Freguesia da Cova da Piedade e do Concelho de Almada, e foi membro da União dos Resistentes Antifascistas (URAP).

António Belo foi distinguido com a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção do Município de Almada, pelo seu exemplar contributo no desenvolvimento e consolidação do Poder Local Democrático e da sua ação de afirmação e dignificação das autarquias de Freguesia.



EDITAL

Nº 17/XIII-1º/2021-25

(Moções/Deliberações)

O Belo, nascido em Vila Velha de Ródão, mas almadense e piedense de corpo inteiro como sempre dizia, é o exemplo, a prova provada de como a política pode ser uma das mais sublimes e nobres expressões da atividade humana, de como pode ser exercida com ideais e convicções, com empenho e dedicação à causa e serviço público firmado nos interesses, necessidades e aspirações dos trabalhadores e das populações.

A Assembleia Municipal de Almada delibera expressar à sua Companheira de sempre, Lurdes, ao seu filho Nuno e a toda a restante Família do Insigne Autarca António Dias Belo Gonçalves, a todos os autarcas do Concelho de Almada, aos seus muitos e muitos amigos e camaradas, e ao Partido Comunista Português, as mais sentidas condolências e a mais ampla solidariedade, neste difícil momento em que perdemos fisicamente de um Homem Bom, mas permanecerá para sempre entre nós o seu exemplo de vida e dedicação à causa e ao bem comum.

VOTO DE PESAR

(Pelo falecimento de Jaime Serra)

No dia 9 de fevereiro, aos 101 anos de idade, faleceu Jaime Serra, um dos mais destacados dirigentes do Partido Comunista Português, que dedicou toda a sua vida à luta da classe operária, dos trabalhadores e do povo português. Uma vida dedicada à luta contra o fascismo, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova.

Começou a trabalhar na construção civil aos 12 anos de idade.

Em 1940 ingressa como operário traçador naval no Arsenal do Alfeite, onde trabalhou até 1947, ano em que passou à clandestinidade na sequência da Greve dos Trabalhadores da Construção Naval de Lisboa de abril desse, em cuja organização e direção participou.

Membro do PCP desde 1936, em janeiro de 1937, com apenas 15 anos, foi preso pela primeira vez.

Entre 1947 e 1960 foi preso por mais quatro vezes e por quatro vezes conseguiu fugir das cadeias fascistas.

A quarta e última fuga é a histórica fuga da Fortaleza de Peniche, em 3 de janeiro de 1960, tendo desempenhado responsabilidades na sua preparação, organização e direção no interior da cadeia.

Em junho de 1962 teve destacado papel na saída clandestina de Portugal de Agostinho Neto e Vasco Cabral, grande iniciativa de solidariedade com os povos em luta pela sua independência.

Após a Revolução de Abril de 1974 foi deputado à Assembleia Constituinte e deputado à Assembleia da República pelos distritos de Setúbal e Coimbra até 1983.

Um dos mais destacados exemplos da resistência ao fascismo, da luta pela liberdade e a democracia, Jaime Serra sempre se mostrou corajoso, firme nas suas convicções, confiante na justeza e no triunfo dos ideais a que deu o melhor da sua longa vida. Exemplo de inquebrantável combatividade e firmeza na luta política para as gerações presentes e futuras.

Almada foi importante palco da vida e da luta de Jaime Serra, onde se destacam o Arsenal do Alfeite e fulcrais momentos de ação concertada com as personalidades ímpares de Alfredo Dinis e Gabriel Pedro que o nosso município homenageia na sua toponímia.

A Assembleia Municipal de Almada manifesta o seu pesar pelo desaparecimento físico de Jaime Serra e endereça aos seus quatro filhos e restante família e ao Partido Comunista Português as suas sentidas condolências.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 17/XIII-1º/2021-25

(Moções/Deliberações)

12

Voto de Pesar
(Pelo falecimento de José Manuel Cacho Rodrigues)

José Manuel Cacho Rodrigues nasceu em Almada em 1933 e apresenta um impressionante percurso de vida com profunda ligação ao movimento associativo, com especial dedicação ao Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro (CIRL).

Como sócio do CIRL desde 1958, foi contabilista a título gracioso (1959/60), vice-presidente da mesa da assembleia geral (1961), presidente do conselho fiscal (1962 e 63), fundador das secções de ginástica e ténis de mesa (1963), vice-presidente da direcção e membro da comissão de obras (1964/65), presidente da direcção (1966/67), presidente da mesa da assembleia geral (1970/71).

De novo presidente da mesa da AG (1973), voltou a presidente da direcção entre 1974 e 1980, época em que fundou a secção de voleibol, foi membro da comissão de gestão (1981/81), seccionista de voleibol (1983/84), outra vez presidente da mesa da assembleia geral (1985/90) e presidente da direcção (1991/93) e foi proclamado Sócio de Mérito do clube em 1993.

Voltou à presidência da direcção mais duas vezes (1993/94 e 1995/96) e foi coordenador geral do Campeonato Europeu de Thonrad (17 países, 300 atletas, em 1994).

Noutras instituições desempenhou cargos de relevo como secretário da mesa do Congresso da Federação Portuguesa de Voleibol, vice-presidente da AG da Associação de Ténis de Mesa de Lisboa, presidente da AG da Associação de Ténis de Mesa de Lisboa, presidente da direcção da Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio.

Foi ainda membro da Comissão Nacional de Teatro Amador da Secretaria de Estado da Cultura, em representação da Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio,

Em representação do CIRL foi presidente da mesa da AG da Associação de Voleibol de Lisboa, e presidente da Comissão Administrativa da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, e membro da Comissão Organizadora do III Congresso Nacional das Coletividades de Cultura e Recreio.

Em representação da Direcção Geral dos Desportos foi presidente da Comissão de Gestão da Associação de Voleibol de Lisboa,

Foi galardoado pela Junta de Freguesia do Laranjeiro pelos serviços socioculturais prestados à população, tendo sido igualmente galardoado com a medalha de ouro da cidade de Almada "mérito e dedicação".

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 22 de fevereiro de 2022, manifesta o seu profundo pesar pelo seu falecimento, transmitindo à sua família, ao movimento associativo e em particular ao Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, as mais sentidas condolências.

MOÇÃO
(Água é Vida)

"Só nos damos conta do valor da água depois de a fonte secar" (Anónimo)

Todos nós sabemos da importância da água, não só para os seres humanos, mas para toda a Natureza. Embora, aparentemente, o nosso planeta tenha abundância de água, sabemos também que a água potável é mais escassa e uma parte importante da população mundial vive com diversos problemas devido à sua falta.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 17/XIII-1º/2021-25

(Moções/Deliberações)

Assim, é fundamental que o consumo de água seja cada vez mais assente em boas práticas e hábitos como a moderação e aproveitamento deste recurso algo que se torna ainda mais evidente quando verificamos que Portugal está, neste momento, a atravessar uma das mais severas secas das últimas décadas.

É, por isso, importante sensibilizar, reforçar e lembrar aquilo que podemos e devemos fazer para ajudar a minimizar esta situação e a implementar as tais boas práticas e hábitos de forma permanente.

Tendo isto em vista, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2022, delibera o seguinte:

1. Solicitar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada que mantenham e reforcem a sua comunicação de sensibilização para as boas práticas no consumo e utilização da água, usando os vários meios ao seu dispor e conteúdos criativos, impactantes e bem direcionados para maximizar a sua eficácia;
2. Solicitar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada a criação de um Manual de Boas Práticas para o consumo e utilização da água, a utilizar pelos serviços municipais e adaptado ao funcionamento das diferentes equipas (administrativas, técnicas, etc.);
3. Recomendar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada o reforço do trabalho de educação e sensibilização sobre este tema, junto das escolas do concelho;
4. Recomendar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada o reforço do trabalho de educação e sensibilização sobre este tema, junto dos comerciantes e empresas do concelho;
5. Solicitar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada a adoção ou reforço de métodos de aproveitamento de águas pluviais, por exemplo, para regas e limpezas;
6. Recomendar aos SMAS de Almada, a prossecução do esforço para investir cada vez mais em infraestruturas uma vez que as roturas são causa de grandes desperdícios de água como tem acontecido, por exemplo, na Costa da Caparica;

Estes são exemplos de ações que importa manter e reforçar, mas não podemos nunca esquecer que o esforço deve ser constante e não apenas em momentos em que o problema da falta de água seja mais visível. No fundo, o que é vital é que consigamos implementar em Almada uma cultura de eficiência de gestão dos nossos recursos naturais e de defesa permanente do Ambiente.

MOÇÃO

(Pela Extensão do Metro Sul do Tejo)

Os desafios das sociedades modernas e dos territórios desenvolvidos assentam em práticas de descarbonização alicerçadas em sistemas integrados de transportes articulados, planos tarifários competitivos e com uma rede suficientemente ampla e resiliente que seja uma verdadeira alternativa para os potenciais clientes.

Foi com esse objetivo que ainda durante a década de 80 do século passado se começou a defender uma solução de metropolitano ligeiro para a margem sul do tejo que foi tornada realidade a 18 de abril de 1995 aquando da assinatura do protocolo para o seu desenvolvimento.

O projeto original é o que está ainda em vigor, tendo sido incorporadas apenas alterações de pormenor no traçado que começou a ser operado em 30 de abril de 2007 na linha entre Corroios e a Cova da Piedade sendo o último troço do plano original entrado ao serviço em 26 de novembro de 2008 e não tendo até hoje sido ampliado.



EDITAL

Nº 17/XIII-1º/2021-25

(Moções/Deliberações)

Nos últimos anos outros meios de transporte foram alvo de intervenção estratégica e planos de expansão enquanto o Metro Sul do Tejo foi ficando esquecido por sucessivos governos e decisores políticos, algo que importa ultrapassar, sendo que ainda há bem pouco tempo, em julho de 2021, o atual primeiro-ministro António Costa anunciou que a sua extensão da Universidade até à Costa da Caparica “será uma realidade em breve”.

No entanto, sabendo que ainda não consta de nenhum documento oficial qualquer calendário ou dotação para a expansão urgente deste projeto estruturante e fundamental, importa que os decisores sejam consequentes e concretizem as medidas anunciadas e que são inequivocamente apoiadas por toda a população.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2022, delibera o seguinte:

Exigir que o Governo apresente em 2022 publicamente o calendário e o financiamento para a expansão da rede do Metropolitano Sul do Tejo, incluindo desde logo a extensão à Costa da Caparica.

RECOMENDAÇÃO

(Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal)

A educação e as escolas têm um papel preponderante na promoção da proteção ambiental e animal. Como descrito no programa da Estratégia Local de Educação para a Sustentabilidade de Almada é necessário “contribuir para a formação de uma nova mentalidade da população, e ter como ponto assente a responsabilidade partilhada dos valores ambientais e do respeito pelo Planeta”.

Apesar do grande potencial que a educação tem na formação de cidadãos conscientes e participativos na construção de um mundo mais justo e mais sustentável, a educação ambiental continua a ser uma temática marginal, com atividades esporádicas. No entanto, o momento de urgência climática, apela a uma alteração na relação entre o ser humano, a natureza e os outros seres vivos.

Sabemos que cabe ao Estado assegurar “a integração de preocupações com o bem-estar animal no âmbito da Educação Ambiental, desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico”, conforme ficou estabelecido no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto. No entanto, a introdução destas matérias no município, relacionadas com a proteção animal nas escolas é manifestamente insuficiente. As escolas não têm conteúdos preparados para lecionar esta matéria, por não haver um referencial para a educação sobre o tema do bem-estar animal, pese embora conste na Educação para Cidadania como uma das possíveis matérias a abordar. Em Portugal, os animais já são reconhecidos pelo ordenamento jurídico como seres vivos dotados de sensibilidade e são objeto de proteção jurídica. Estes avanços devem implicar a promoção de políticas públicas vocacionadas para a proteção dos animais, a começar pela educação, contribuindo assim para combater os maus-tratos e o abandono, realidade muito presente no nosso país.

Por outro lado, a Wildlife Trusts que realizou um estudo em 2019 para Instituto de Educação da University College of London, sobre os benefícios que as crianças têm ao fazer atividades ao ar-livre, concluiu que é importante e necessário, que as crianças tenham no seu quotidiano contacto com a natureza. Este contacto permite-lhes aumentar os níveis de confiança e bem-estar, podendo desenvolver uma conexão pessoal com a natureza e com os animais, e compreender o seu papel no desenvolvimento e defesa da biodiversidade e do bem-estar animal e proteção ambiental.

É necessário criar condições para que os valores de respeito pelo ambiente, animais e diversidade social sejam cada vez mais uma realidade, e sendo Almada um concelho de enorme riqueza ambiental e de elevada diversidade biológica, que é importante proteger e preservar, faz com que se imponha uma revisão e



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11

EDITAL

Nº 17/XIII-1º/2021-25

(Moções/Deliberações)

progressiva transformação das políticas educativas. Devemos construir um futuro onde o respeito pela natureza e pelo bem-estar animal seja uma regra incorporada por toda a sociedade e é no dia-a-dia das comunidades educativas que têm de ser incorporadas medidas contínuas e coerentes que levem a práticas mais sustentáveis.

As autarquias, como “agentes de mudança” na promoção, conhecimento e divulgação alargada da informação sobre problemas ambientais globais, devem priorizar a consciencialização da comunidade, principalmente a mais jovem, para a sustentabilidade local e global e para a proteção animal.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2022, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. A Promoção de um Programa Municipal de Educação Ambiental que integre o domínio do bem-estar animal;
2. A elaboração de conteúdos programáticos específicos que promovam a literacia ambiental e animal nas escolas;
3. Incentivar e apoiar as escolas no desenvolvimento de projetos pedagógicos realizados na natureza e espaços verdes e o contacto regular dos/as alunos/as de todas as escolas do município com animais através de visitas e sessões de voluntariado em associações zoófilas e santuários;
4. Fomentar a capacitação das/os profissionais e encarregadas/os de educação nestes modelos educativos;
5. Integrar casas para pássaros, jardins e hortas nos espaços escolares, fomentando a relação das crianças com os ritmos da natureza e dos animais;
6. Incentivar a integração de animais nas escolas com responsabilidades partilhadas entre a direção, professores, assistentes operacionais e alunos/as, em colaboração com entidades locais de proteção animal;
7. Dotar todas as Escolas com ecopontos e compostores.

SAUDAÇÃO

(8 de Março – Dia Internacional da Mulher)

A comemoração do Dia Internacional da Mulher tem um profundo significado histórico e uma renovada atualidade que importa dar a conhecer às novas gerações.

Proposto em 1910 por Clara Zetkin – revolucionária alemã, acérrima ativista na defesa dos direitos das mulheres – o Dia Internacional da Mulher tinha como objetivo erigir a luta organizada das mulheres, em cada país, contra a exploração e opressão capitalista, pela conquista de direitos económicos, sociais, políticos e culturais, pela transformação da condição social das mulheres e pela sua emancipação. Um dia para dar força à luta de todos os dias.

Desde então, um longo caminho tem sido percorrido, pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, na lei e na vida, pelo desenvolvimento, contra a guerra e pela paz.

Em Portugal a comemoração do 8 de Março foi proibida sendo que os seus primeiros registos datam de 1953 no jornal Avante. A primeira manifestação do 8 de Março realiza-se no Porto em 1962 por um grupo de mulheres democratas e a partir de 1969 é assinalado pelo MDM – Movimento Democrático de Mulheres.



EDITAL

Nº 17/XIII-1º/2021-25

(Moções/Deliberações)

Em 1975, o MDM dinamiza as comemorações desta data em liberdade e democracia, uma data a que um número crescente de organizações e entidades se tem associado.

A atualidade de comemorar o Dia Internacional da Mulher mantém-se porque é necessário continuar a prevenir e combater a exploração, desigualdades, discriminações e violências que incidem sobre as mulheres. Segundo dados da ONU Mulheres, atualmente as mulheres continuam a ganhar menos 23% que os homens, 1 em cada 3 mulheres já sofreu algum tipo de violência física ou sexual, mais de 200 milhões de mulheres e raparigas foram vítimas de mutilação genital e 12 milhões de raparigas, por mês, são forçadas a casar antes dos 18 anos, o que significa 23 mulheres por minuto, uma a cada 3 segundos. Acresce a gravidade da pobreza, da guerra que atinge muitos países, bem como o tráfico de mulheres e meninas para a prostituição.

Em Portugal, os profundos avanços na situação das mulheres, plasmados na sua forte presença no mundo do trabalho, em áreas como a cultura, a educação, a saúde, a ciência e investigação é acompanhada por obstáculos reais patentes na precariedade laboral, na desvalorização do seu trabalho e das suas competências. A exigência de igualdade no trabalho e na vida e de cumprimento dos direitos das mulheres continua a ser central.

Os órgãos de poder aos seus mais variados níveis têm responsabilidades na promoção da igualdade no trabalho e na vida e pelo cumprimento dos direitos das mulheres.

Os órgãos autárquicos pela sua proximidade à população devem assumir as responsabilidades nas suas esferas de competência na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação aos vários níveis da vida local.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 22 de fevereiro de 2022, delibera:

- 1) Saudar nesta data todas as mulheres, trabalhadoras da autarquia, delegadas e dirigentes sindicais e de coletividades, dirigentes de organizações, que vivem, estudam e trabalham em Almada e que assim contribuem para o desenvolvimento e afirmação do concelho.
- 2) Saudar a realização da Manifestação Nacional de Mulheres – a 5 de Março no Porto e a 12 de Março em Lisboa – promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM), sob o lema “exigência de igualdade na vida, os direitos das mulheres não podem esperar”, que afirma importantes denominadores das aspirações de mulheres de diferentes camadas sociais, imigrantes e de diversas etnias.

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

(Contra o desemprego e pela integração com vínculo efetivo das Auxiliares de Ação Educativa dos equipamentos de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada)

No momento atual, existe uma ameaça concreta sobre o futuro de 39 pessoas que diariamente trabalham na educação e no desenvolvimento da infância no Concelho de Almada. São 38 trabalhadoras e um trabalhador, Auxiliares de Ação Educativa em jardins de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada.

Estas trabalhadoras iniciaram funções na sequência de um processo de recrutamento da CMA que teve lugar em 2019, para fazer face a necessidades próprias destes serviços e equipamentos de apoio à infância no Concelho de Almada. Agora, são confrontados com a ameaça do desemprego, com o fim à vista dos seus contratos de trabalho precários – e com a recusa por parte do executivo camarário da sua integração com vínculo efetivo como seria exigível.



EDITAL

Nº 17/XIII-1º/2021-25

(Moções/Deliberações)

Nenhuma justificação tem sido adiantada com fundamento em qualquer projeto educativo para esta opção de mandar estas Auxiliares de Ação Educativa para o desemprego. Mesmo a referência aos “rácios” estipulados pelo poder central para estes equipamentos tem a ver com a garantia mínima de condições de funcionamento, e não com qualquer impedimento à integração de trabalhadores.

Num passado não muito distante, por força das opções políticas de PS, PSD e CDS, as leis da República impunham a proibição geral e transversal para as autarquias locais de admitir pessoal para os seus serviços. Eram encerrados serviços por falta de pessoal, ou eram penalizadas financeiramente os municípios que se atrevessem a desafiar a proibição e a integrar trabalhadores. O Concelho de Almada viveu essas situações.

Numa fase mais recente, com uma diferente correlação de forças na Assembleia da República, foram criadas as condições para a integração de trabalhadores com vínculos precários na Administração Pública – no cumprimento do princípio legal de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo efetivo.

Mesmo que se trate de uma situação resultante de uma lei injusta, que vem trazer problemas acrescidos para as autarquias e as populações (a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada por PS e PSD), a verdade é que existe o quadro normativo que prevê expressamente os mecanismos de integração dos trabalhadores em causa, assegurando com estabilidade os seus postos de trabalho – desde logo, com a aplicação do artigo 60º da Lei nº 75-B/2020 de 31 de dezembro atualmente em vigor.

A informação disponível demonstra claramente que já no quadro atual, fruto da insuficiência de meios humanos, é muito frequente as Auxiliares de Ação Educativa serem confrontadas (tantas vezes, em cima do acontecimento) com a necessidade de se deslocarem para outras salas ou até outros jardins de infância, deslocando-se pelo concelho para responder às necessidades do serviço. Quando alguns tentam repetir o chavão de que “há trabalhadores a mais”, a realidade impõe-se e demonstra que os trabalhadores fazem falta e têm de ser valorizados.

Pela força e pela verdade das palavras proferidas pelos trabalhadores da Câmara Municipal de Almada na posição assumida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local a propósito desse processo, reproduzimos aqui essas mesmas palavras, para que sejam lidas e ouvidas por todos:

“Limpam lágrimas e alimentam sorrisos de crianças, recebem e entregam as crianças das e nas mãos dos pais que procuram porto seguro e estável para os seus rebentos. Fazem parte da estrutura da educação em Almada, são tão importantes quanto qualquer das partes que a compõem. Por tudo isto merecem estabilidade, estas trabalhadoras e toda a comunidade educativa. (...) A questão é clara, o executivo tem de reconhecer a permanência das funções, lançar o concurso e integrar no mapa de pessoal”.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 22 de fevereiro de 2022, delibera:

1. Manifestar a sua solidariedade para com as Auxiliares de Ação Educativa confrontadas com a ameaça do desemprego.
2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que, com a máxima urgência, determine a aplicação das normas legais em vigor para a integração das trabalhadoras em causa.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 17/XIII-1º/2021-25

(Moções/Deliberações)

JK

Moção
(Contra o desperdício da Água)

Sendo a água fonte da vida, elemento essencial para a manutenção de todas as espécies e da Natureza à face da terra, é imperativo que a ação humana seja direcionada para a criação de medidas urgentes e enérgicas fundamentais para inverter este ciclo negativo com potenciais danos irreversíveis futuros para a sobrevivência do planeta.

Deste modo, é já um facto inquestionável, e muito preocupante, os problemas e constrangimentos a nível global causados pela falta de água em determinados pontos do mundo muito em resultado e consequência do mau uso que se faz do recurso natural e do desperdício abundante, grande parte das vezes sem critérios objetivos e sem planeamento adequado e em conformidade com as boas práticas ambientais.

A diminuição do caudal e leito dos rios e a água das barragens são bem o exemplo de como a natureza está a mudar e de como a água começa a tornar-se um recurso muito mais escasso do que alguma vez se poderia equacionar, justificando-se assim, de futuro, uma nova forma de encarar este recurso tão precioso para a continuidade da vida humana, animal e vegetal.

Apesar existir na sociedade nos dias de hoje uma maior consciencialização para os perigos do mau uso e desperdício dos recursos naturais, o combate à escassez da água e ao seu desperdício deve ser intensificado e devidamente planeado, pois os resultados atuais demonstram bem que muito ainda há por concretizar na mudança de paradigma.

O grave problema manifestado através da escassez de chuva intensifica ainda mais a necessidade de novas políticas e medidas locais, nacionais e internacionais que minimizem o forte impacto negativo que a falta de água tem na vida do planeta, Portugal não é exceção e vive no momento, uma grave crise de seca que afeta toda a economia tal como a agricultura e a vida animal dependente do recurso.

A aposta na reciclagem quer na água doméstica consumida nos lares quer a água utilizada pelas entidades públicas na prossecução diária da missão ou ainda na indústria e sectores onde a água é usada em larga escala, tem de ser devidamente planeada de forma a acautelar o seu desperdício ao mesmo tempo que mitiga a fatura financeira, otimizando mais recursos que podem ser canalizados para outros investimentos.

O cuidado com a contaminação dos solos com químicos nocivos altamente perigosos para a saúde, o cuidado com a contaminação dos lençóis freáticos e com a poluição dos rios e oceanos, entre outras, deverá constar das medidas prioritárias a adotar e a reforçar para que a água seja um bem natural ao dispor da vida humana em perfeito equilíbrio com as suas verdadeiras necessidades.

Também as autarquias e o poder local têm um papel preponderante na forma como se usa e se gasta a água.

A criação e o reforço da informação pública e de campanhas junto das populações locais para a necessidade da contenção do desperdício de água e dos recursos hídricos deve continuar, com o objetivo de criar novos hábitos aproveitando quer as novas tecnologias quer o passa-a-palavra junto dos mais novos, preservando o futuro do planeta com as novas gerações.

Perante estes factos, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2022, na localidade do Laranjeiro, vem deste modo:

- 1 - Reconhecer a importância vital que o recurso natural Água tem para a vida humana, animal e vegetal ao nível planetário;



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 17/XIII-1º/2021-25

(Moções/Deliberações)

- 2 - Reconhecer o grave problema que a falta de água e o seu desperdício descontrolado tem para manutenção do recurso em condições adequadas para a continuação de um planeta saudável e sustentável;
- 3 - Recomendar à Câmara Municipal de Almada que prossiga e reforce todos os meios necessários e devidamente adequados para fazer face ao desperdício de água no concelho;
- 4 - Recomendar à Câmara Municipal de Almada que prossiga e reforço e informação e divulgação de boas práticas do uso e utilização do recurso água junto da população.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 23 de fevereiro de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal


(José Joaquim Leitão)